

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SIGNIFICADO DO REUNI PARA OS DISCENTES NA PARTICULARIDADE DA UFG/RG

Carla Agda Gonçalves
Universidade Federal de Goiás
Email: cacretcheu@ig.com.br

I – INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui parte de estudos e pesquisas realizados pela autora entre os anos de 2008 a 2012, e que se materializou com a Tese de Doutorado defendida no primeiro semestre de 2013. Nesse sentido, as inquietações provieram do cotidiano docente frente às condições materiais e objetivas apresentadas a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) no processo de implantação do *Campus* Cidade de Goiás (CCG)¹ da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Desta forma, nos levava a questionar os direcionamentos da trajetória sócio-histórica nos marcos das políticas de educação superior e suas antinomias: por um lado possibilitava o acesso a esse nível de ensino; por outro lado, deparava-se com as precárias condições apresentadas na expansão deste nível de ensino.

Sendo assim, na particularidade do trabalho que ora se apresenta, constitui como questão norteadora: que significados podem ser percebidos e analisados pelos discentes sobre o REUNI na UFG/RG diante da perspectiva do acesso à educação superior?

A partir deste problema, possibilitou-nos a delimitação do estudo, bem como caminhar e desenvolver a pesquisa – tendo como objetivo: identificar e analisar os significados do REUNI para os discentes no processo de implantação da Regional Goiás na perspectiva de acesso à educação superior pública e federal. Para tanto, faz-se necessário compreender a metodologia utilizada, apresentada a seguir.

II – METODOLOGIA

Com respeito à metodologia, a pesquisa é de natureza qualitativa que compreende o movimento como parte constituinte da realidade, repleto de

¹ Vale destacar que desde janeiro de 2014 o então denominado Campus Cidade de Goiás (CCG) da Universidade Federal de Goiás (UFG) tornou-se Regional Goiás diante da aprovação do novo Estatuto da Universidade que sinaliza novas estruturas administrativa-acadêmicas a esta universidade. Sendo assim, estaremos neste estudo nos referindo ao CCG como Regional Goiás.

contradições. Desta forma, a pesquisa compreendeu: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo – que se inter-relacionam.

A pesquisa bibliográfica percorreu todo processo de estudo, tendo seu levantamento balizado por produções acadêmicos-científica, bem como outras fontes bibliográficas e sites existentes sobre a temática. Já a pesquisa documental, abarcou Leis, Decretos e Resoluções internos e externos à UFG que versavam sobre o REUNI.

No tocante à pesquisa de campo, teve como sujeitos significativos os discentes do curso de Serviço Social da UFG/RG. Nesse sentido, foram realizadas duas metodologias diferenciadas e complementares com vistas a conhecer o universo estudado, a saber: a aplicação de um questionário entre os 183 discentes do curso de Serviço Social; e uma entrevista semi-estruturada com 1 discente de cada período do curso (totalizando 4 discentes) –, o critério de escolha recaiu pelo protagonismo nas ações do movimento estudantil.

Após as entrevistas, realizou-se a sistematização dos dados coletados e sua análise. Foi adotada a análise de conteúdo, que teve por objetivo compreender criticamente os significados das falas, seu conteúdo explícito e implícito, sobre a implantação do REUNI na perspectiva do acesso à educação superior.

III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 apresenta, em seu artigo 205, a educação como direito de todos, mas também aponta como dever do Estado e da sociedade para a qualificação e preparação do indivíduo com vistas à cidadania. Em sequência, o artigo 206, em seu inciso primeiro, estabelece como princípio a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola. E, aqui vale ressaltar que as condições de acesso e permanência devem estar presentes tanto na educação básica quanto na educação superior.

Todavia, a processualidade da lei se apresenta com grandes disparidades econômicas, políticas, culturais, sociais entre outras, frente às realidades regionais e locais da sociedade brasileira, alicerçadas pelas contradições do modo de produção capitalista, que tem sua marca no *ethos* burguês.

Fazendo um recorte para a educação superior, tais contradições tomam uma evidência ainda maior diante do processo histórico apresentado pelas universidades na realidade brasileira: a universidade enquanto uma instituição criada pela

integralização de várias Faculdades e Institutos com vistas à formação da elite, seja para os cargos da burocracia estatal, seja para a formação de intelectuais responsáveis pela reprodução da ideologia dominante entre outras.

Essas configurações vão imprimindo lutas e mobilizações históricas na perspectiva da expansão desse nível de ensino, sobretudo a partir da década de 1950, diante do denominado processo de federalização das faculdades privadas e estaduais e posterior integralização em universidades – responsável pelo aumento do número de vagas na educação superior, bem como pela criação da maior parte das universidades federais hoje existentes (CUNHA, 2003). Entretanto, é nas décadas de 1960 e 1970 que a expansão assume feições diferenciadas e em proporções substantivas expressas com a Reforma Universitária de 1968, no contexto ditatorial e sob forte influência dos Estados Unidos decorrendo na expansão com direcionamentos à privatização.

As antinomias desse processo rebateram na educação superior nas décadas seguintes imprimindo uma arquitetura diferenciada nesse nível de ensino, sobretudo a partir do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 – denominada por muitos autores, como expansão mercantilizada –, com configurações que suscitam inquietações não apenas entre as IES privadas, mas também no interior das IES públicas. Segundo Saviani:

Para além desse fortalecimento do setor privado do ensino, cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (SAVIANI, 2008, p.300-301).

Portanto, os rebatimentos desse contexto influenciaram diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) diante do arrefecimento de investimento, decorrendo em prejuízos à qualidade da formação.

É nesse panorama que se insere e adentra a educação superior no século XXI com a emergência de crises e contradições que se tencionam cotidianamente na busca da educação como um direito social, com garantia de acesso e

permanência à população e que esta possa ser referenciada com qualidade social – exigindo a urgência da Reforma Universitária.

Nesse sentido, a “reforma” sinalizada tem como um dos seus expoentes o Programa REUNI, lançado em 2007, tendo como objetivo a ampliação do acesso e permanência na educação superior de natureza pública e caráter federal.

Entretanto, o REUNI vai assumindo configurações diferenciadas na realidade brasileira, a partir de suas especificidades locais e regionais. E, mesmo no interior das IFES, as feições são diferentes conforme a correlação de forças apresentadas.

O contexto explicitado se presentifica as antinomias do processo de expansão na perspectiva do acesso à educação superior na particularidade da UFG/RG. Por um lado, a pesquisa demonstrou deficiência de condições básicas para o seu funcionamento, como: instalações físicas precárias, quadro docente diminuto, biblioteca não atualizada, insuficiência de atividades de pesquisa e extensão, recursos audiovisuais precários dentre outros que afetam a qualidade da educação.

Por outro lado, mesmo diante destas condições, os sujeitos revelaram que a escolha pela universidade pública federal foi em virtude de seu prestígio em âmbito local, estadual e nacional, mas sobretudo pela gratuidade, principalmente devido às precárias condições familiares. Vale apresentar que 78% destes evidenciam que não estariam cursando a UFG se não fosse o campus construído no interior pelo REUNI.

Nesse sentido, se posicionam predominantemente favoráveis ao Programa REUNI, identificando positivamente a possibilidade de acesso à educação superior de natureza pública e caráter federal, mesmo diante das precárias condições de financiamento para consolidação do referido Programa – sinalizando, ainda, que 80% destes discentes serão os primeiros em suas famílias a terem curso superior.

Sendo assim, a trajetória de vida demonstrou que o ingresso à universidade expressou aos discentes a perspectiva de possível ascensão social. Como enfatiza Bauer:

Mesmo que de forma difusa e distorcida, para os filhos da classe operária e outros trabalhadores do campo e da cidade, o ensino superior é almejado como uma forma real de mobilidade social, talvez como única possibilidade de superar as precárias condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores em nosso país (BAUER, 2010, p.33).

Esses dados, apresentados de forma sucinta, nos permite inferir que os significados da implantação vão sendo impressos pelos discentes conforme o lugar

que estes sujeitos ocupam, sua visão de mundo etc; bem como as relações de forças estabelecidas no interior das relações sociais.

A criação do *campus* pelo REUNI traz consigo as decorrências do processo de interiorização diante das condições objetivas e da necessidade de ações que visam consolidar a Regional Goiás. Todavia, a particularidade desse processo se apresentou repleto de contradições: por um lado, como um *campus* repleto de avanços e limites que desafiam cotidianamente a comunidade acadêmica; por outro lado, frente a possibilidade de acesso aos discentes, que comumente não o teriam.

IV – CONCLUSÃO: à guisa da discussão

Pelo exposto, a pesquisa revelou os significados do REUNI para os discentes na particularidade da UFG/RG, em que os mesmos são predominantemente favoráveis a esta implantação na perspectiva do acesso à educação superior – permeado por limites e avanços nesse processo, emergindo uma série de desafios.

Essas questões permitem inferir que o Programa é um marco na realidade brasileira, trazendo considerações significativas no que tange ao acesso; entretanto tornam-se necessários debates, lutas e mobilizações coletivas e contínuas para que tais processos sinalizados com a implantação do REUNI não desconfigurem as funções precípuas da universidade e rompam com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com vistas à defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada à população.

V – REFERÊNCIAS

BAUER, C. **A classe operária vai ao campus**: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, E.; MENDES, M. T. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2003.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 28, n. 76, p.291-312, set./dez. 2008.